



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 31 de Março de 2020
Lei nº 661 de 09 de Abril de 2007

Ano XIV

Nº 1854



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MONTE CARMELO

RECOMENDAÇÃO

Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições n. MPMG-
0431.20.000101-1

Recomenda aos Municípios a adoção de medidas relacionadas à garantia do funcionamento ininterrupto dos Conselhos Tutelares e fornecimento de estrutura adequada para o exercício da função no contexto da pandemia do Coronavírus.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, representado, neste ato, pela Promotora de Justiça Shymene Silva Queiroz, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Justiça de Monte Carmelo, com atribuições de Curadoria da Infância e Juventude, com fundamento no *caput* do artigo 127 e no inciso II do art. 129 da Constituição da República, o qual confere ao *Parquet* a função institucional de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, bem como no artigo 201, VIII e §5º, "c", da Lei Federal n.º 8.069/90 e no art. 27, p. único, IV, da Lei Federal n.º 8.625/93 e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é órgão responsável pela tutela dos interesses indisponíveis, individuais homogêneos, coletivos e difusos relativos à Infância e à Adolescência, na forma do art. 201, VIII, da Lei Federal n.º 8.069/90;

CONSIDERANDO as disposições constantes do art. 227, *caput*, da Constituição da República e do art. 4º, *caput*, da Lei n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), que asseguram à criança e ao adolescente, com **ABSOLUTA PRIORIDADE**, a efetivação, por parte da família, da sociedade e do Estado, dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária;

CONSIDERANDO que os artigos 4º, p. único, "c" e 87, I, ambos da Lei Federal n.º 8.069/90 asseguram à criança e ao adolescente a garantia de prioridade absoluta na formulação e na execução das políticas sociais públicas;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabelece, em seu art. 196, que "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação";

CONSIDERANDO que a Lei Federal n.º 8.069/90 (ECA), no art. 4º, dispõe ser "dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária", em consonância com o disposto no art. 227 da Carta Magna;

CONSIDERANDO que "nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais" (art. 5º do ECA);

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 131 da Lei n.º 8.069/90, o Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO que a função de conselheiro tutelar constitui serviço público relevante (art. 135, ECA);

CONSIDERANDO que cabe à lei municipal dispor sobre local, dia e horário de funcionamento (art. 134, ECA), sendo indispensável, entretanto, que o Conselho Tutelar funcione todos os dias da semana, em horários compatíveis com a demanda infanto-juvenil local, e em sistema de plantões noturnos, bem como aos sábados, domingos e feriados, tendo em vista que as violações aos direitos de crianças e

adolescentes podem ocorrer a qualquer momento;

CONSIDERANDO que embora o Conselho Tutelar seja dotado de autonomia funcional, o que implica em não se admitir interferências externas na sua atuação e nas decisões que são tomadas a partir do caso concreto, o órgão encontra-se vinculado orçamentária e administrativamente à Administração Pública, estando submetido também aos ditames da lei municipal que dispõe sobre o seu funcionamento;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde – OMS, em 30 de janeiro de 2020, declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – ESPII, dado o grau de avanço dos casos de contaminação pelo coronavírus, classificando-o como uma "pandemia", cobrando ações dos governos compatíveis com a gravidade da situação a ser enfrentada;

CONSIDERANDO que a transmissão do coronavírus em humanos ocorre de pessoa-a-pessoa, podendo ser transmitido principalmente pelas gotículas respiratórias, por tosse e espirros, assim como pelo contato com as mãos contaminadas com secreções respiratórias que contenham vírus, sendo as medidas de prevenção, notadamente a de regular higienização de espaços e das mãos, incluindo a disponibilização de álcool gel 70%, constantemente ressaltadas pelas autoridades sanitárias municipais, estadual e federal, bem como pela Sociedade Brasileira de Infectologia, como ações eficazes para reduzir a capacidade de contágio do coronavírus;

CONSIDERANDO que todas as informações técnicas divulgadas pelos órgãos de saúde apontam para a importância da prevenção nos estágios iniciais do contágio, como forma de controlar a velocidade de propagação do vírus, a medida mais efetiva para proteger os cidadãos e para obstar o colapso do sistema de saúde;

CONSIDERANDO, por fim, a NOTA TÉCNICA CONJUNTA Nº 1/2020 – CES/CNMP/1ª CCR, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020, relacionada à atuação dos membros do Ministério Público brasileiro em face da decretação de Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional para o coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO ser necessário que o funcionamento do Conselho Tutelar se adeque ao funcionamento dos demais serviços públicos essenciais do município, funcione de forma a assegurar o atendimento de casos urgentes e que o Município forneça condições físicas e estruturais adequadas de trabalho aos conselheiros;

RESOLVE expedir a presente **RECOMENDAÇÃO** aos PREFEITOS MUNICIPAIS DE MONTE CARMELO, ROMARIA, IRAÍ DE MINAS E DOURADOQUARA, na pessoa dos respectivos Prefeitos Municipais e Secretários Municipais de Assistência Social, para que:

1. Mantenham o funcionamento ininterrupto do respectivo Conselho Tutelar, serviço público essencial, inclusive em regime de plantão durante período noturno, finais de semana e feriados (art. 131, Lei n.º 8.069/90);
2. Em caso de adoção de trabalho remoto/regime de plantão não presencial, adotem medidas relacionadas a esclarecer tal situação à população, inclusive com afixação de cartazes na sede do Conselho Tutelar, Prefeitura e outros órgãos, expondo as formas de contato disponíveis;
3. Forneçam estrutura mínima para o funcionamento do órgão (a exemplo de telefone celular e veículo para atendimento de casos urgentes);
4. Disponibilizem equipamentos de proteção individual aos conselheiros tutelares para o exercício das suas funções, com fornecimento de álcool em gel 70%, máscaras de uso pessoal e descartável, luvas e outros insumos da mesma natureza para os casos que demandarem atendimento ao público.

Nos termos do art. 27, p. único, IV da Lei Federal n.º 8.625/93,

REQUISITA, no prazo de 5 (cinco) dias, que o Município apresente a esta Promotoria, via e-mail 1pjmontecarmelo@mpmg.mp.br, comprovação da adoção das medidas

recomendadas ou justifique as razões para não fazê-lo. **REQUISITA**, ainda, no mesmo prazo, ao Município, a divulgação desta recomendação nos meios de comunicação locais destinados à publicação dos atos oficiais.

Encaminhe-se cópia dessa recomendação, para ciência, aos Conselhos Tutelares e aos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de todos os Municípios integrantes da comarca, bem como à Juíza da Vara da Infância e Juventude.

Monte Carmelo, 27 de março de 2020.


SHYMENCK SILVA QUEIROZ
Promotora de Justiça

Curadora da Infância e Juventude



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



DECRETO Nº 2264, DE 31 DE MARÇO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS EMERGENCIAIS DE RESTRIÇÃO E ACESSIBILIDADE A DETERMINADOS SERVIÇOS, ATIVIDADES E BENS PÚBLICOS E PRIVADOS COTIDIANOS, ENQUANTO PERDURAR O ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA, EM DECORRÊNCIA DA DOENÇA INFECCIOSA VIRAL RESPIRATÓRIA COVID-19, CAUSADA PELO VÍRUS SARS-CoV-2, EM TODO O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO."

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, e as alterações posteriores;

CONSIDERANDO que o Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamentou a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais;

CONSIDERANDO o Decreto de Emergência nº 113, de 13 de março de 2020, do Estado de Minas Gerais;

CONSIDERANDO o Decreto Legislativo nº 06, de 20 de março de 2020, que reconhece, para fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020;

CONSIDERANDO que o Decreto Estadual nº 47.891, de 20 de março de 2020, decreta Estado de Calamidade Pública no âmbito de todo o território do Estado de Minas Gerais;

CONSIDERANDO a deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 17, de 22 de março de 2020, que "Dispõe sobre medidas emergenciais de restrição e acessibilidade a determinados serviços e bens públicos e privados cotidianos, enquanto durar o estado de CALAMIDADE PÚBLICA em decorrência da pandemia Coronavírus – COVID-19, em todo o território do Estado", republicada no Diário Oficial do Estado, em 24.03.2020;

CONSIDERANDO que o Decreto 2256, de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em Saúde Pública no Município de Monte Carmelo/MG em razão de surto de doença respiratória COVID-19, e dispõe sobre as medidas para seu enfrentamento, previstas na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização das medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento;

CONSIDERANDO a Recomendação nº 05/2020 exarada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais;

CONSIDERANDO as Recomendações do Comitê de Enfrentamento à COVID-19, criado por meio do Decreto 2256/2020, com caráter deliberativo, e com competência para monitorar a emergência em saúde pública decretada, além de adotar e fixar medidas de saúde pública necessárias para a prevenção e controle do contágio e o tratamento das pessoas afetadas;

DECRETA:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre as medidas emergenciais de restrição e acessibilidade a determinados serviços, atividades e bens, públicos e privados cotidianos, a serem adotadas pelo Município de Monte Carmelo/MG, enquanto perdurar o Estado de Emergência em Saúde Pública, nos termos do Decreto 2256, de 17 de março de 2020.

§1º As medidas previstas neste artigo deverão resguardar o exercício e o funcionamento de serviços públicos e atividades essenciais.

§2º São serviços públicos e atividades essenciais aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerados aqueles que, se não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população, nos termos do Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020 e suas alterações posteriores.

CAPÍTULO II DAS VEDAÇÕES

Art. 2º São vedadas(os):

I. As concessões de licença ou alvará para realização de eventos festivos e atividades que contenham aglomeração de pessoas, devendo ser suspensas as licenças e alvarás desta natureza, eventualmente já expedidos pela Administração Municipal, com a devida comunicação aos particulares que os requereram.

II. Práticas comerciais abusivas, pelos produtores e fornecedores, em relação a bens ou serviços essenciais à saúde, à higiene e à alimentação;

Parágrafo único. Entende-se por prática abusiva quanto a precificação e demais situações dispostas no Código de Defesa do Consumidor.

CAPÍTULO III DAS MEDIDAS EMERGENCIAIS

Seção I

Da Suspensão dos Serviços e Atividades

Art. 3º Ficam suspensos, por prazo indeterminado, as seguintes atividades e serviços promovidos pelo Poder Público:

I. O funcionamento da rede municipal de ensino, de acordo com a Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19, nº 18, de 22 de março de 2020.

II. As atividades promovidas pelo Centro de Convivência de Idosos – Conviver;

III. O Transporte Coletivo Público;

IV. O Programa Saúde do Trabalhador, com ressalva aos agendamentos de perícias médicas;

V. Os eventos, encontros e quaisquer outras atividades habitualmente promovidas pelo Município e que geram aglomeração de pessoas;

VI. As folgas compensativas, licença prêmio e férias regulamentares dos servidores da área de saúde, enquanto durar o Estado de Emergência em Saúde Pública, devendo os servidores em gozo retornarem imediatamente para suas atividades;

VII. A Campanha de Prevenção do Câncer de Boca e a confecção de próteses dentárias;

VIII. Os serviços de fiscalização sanitária em estabelecimentos de saúde e interesse à saúde, exceto:

- a) as situações em que houverem denúncias;
- b) os atendimentos às solicitações de inspeções, desde que não haja aglomeração de pessoas e risco de contaminação.

Art. 4º Conforme as determinações emitidas pela Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19, de nº 17, de 22 de março de 2020, do Governo do Estado de Minas Gerais, publicada no Diário do Estado em 24.03.2020, ficam suspensos os serviços, atividades ou empreendimentos, públicos ou privados, com circulação ou potencial aglomeração de pessoas, em especial:

I. eventos públicos e privados de qualquer natureza, em locais fechados ou abertos, com público superior a trinta pessoas;

II. atividades em feiras, observado o disposto no inciso III do parágrafo único;

III. estabelecimentos situados em galerias ou centros comerciais;

IV. bares, restaurantes e lanchonetes;

V. clubes, academias de ginástica, boates, salões de festas, casas de espetáculos e clínicas de estética;

VI. bibliotecas e centros culturais.

Parágrafo único. A suspensão de que trata o *caput* não se aplica:

I. às atividades de operacionalização interna dos estabelecimentos comerciais, desde que respeitadas as regras

sanitárias e de distanciamento adequado entre os funcionários;

II. à realização de transações comerciais por meio de aplicativos, internet, telefone ou outros instrumentos similares, nem aos serviços de entrega de mercadorias em domicílio ou, nos casos do inciso IV, também para retirada em balcão, vedado o fornecimento para consumo no próprio estabelecimento.

III. A realização de feiras de comercialização de alimentos, incluindo hortifrutigranjeiros, desde que observados os critérios de rodízio, de modo a evitar aglomeração de pessoas e o atendimento dos seguintes critérios:

- a) A feira livre será realizada no Espaço Cultural, por ser um local público e arejado, afastado das residências;
- b) O horário de funcionamento não poderá exceder 06 (seis) horas de funcionamento;
- c) Deverá ser respeitado o distanciamento mínimo de 03 (três) metros entre as barracas;
- d) É proibida a participação de feirantes enquadrados no grupo de risco de contaminação, diagnosticados com diabetes, hipertensão, cardiopatias, doença respiratória, pacientes oncológicos e imunossuprimidos;
- e) As barracas que vendem bebidas e comidas, tais como pasteis, coxinhas, salgados em geral e espetinhos, estão proibidas na feira livre;
- f) É obrigatório o uso de máscara de proteção pelos feirantes durante todo o período da feira, com sua substituição a cada duas horas de uso;
- g) É obrigatória a higienização constantes das mãos pelos feirantes;
- h) Deverá ser disponibilizado em cada barraca pelos feirantes, o álcool em gel 70% (setenta por cento), e papel toalha para uso próprio e dos clientes;
- i) Deverá ser providenciada pelos feirantes a higienização constante de toda a barraca, bem como das mesas, balcões, balanças, carrinhos, refrigeradores e caixas retornáveis.

Seção II

Das restrições e práticas sanitárias

Art. 5º Conforme as determinações emitidas pela Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19, de nº 17, de 22 de março de 2020, do Governo do Estado de Minas Gerais, publicada no Diário do Estado em 24.03.2020, e visando instituir restrições e práticas sanitárias, fica determinada(o):

- I. suspensão ou limitar o acesso a parques e demais locais de lazer e recreação;
- II. restrição às visitas aos centros de convivência de idosos;
- III. determinar aos estabelecimentos comerciais e industriais que permanecerem abertos que adotem sistemas de escalas, revezamento de turnos e alterações de jornadas, para reduzir fluxos, contato e aglomeração de trabalhadores, e que implementem medidas de prevenção ao contágio pelo COVID-19, disponibilizando material de higiene e orientando seus empregados de modo a reforçar a importância e a necessidade de:
 - a) adotar cuidados pessoais, sobretudo na lavagem das mãos com a utilização de produtos assépticos durante o trabalho e observar a etiqueta respiratória;
 - b) manter a limpeza dos locais e dos instrumentos de trabalho;
- IV. determinar aos estabelecimentos comerciais e de serviços que permanecerem abertos que estabeleçam horários ou setores exclusivos para atendimento ao grupo de clientes que, por meio de documento ou autodeclaração, demonstrem:
 - a) possuir idade igual ou superior a sessenta anos;
 - b) portar doença crônica, tais como diabetes, hipertensão, cardiopatias, doença respiratória, pacientes oncológicos e imunossuprimidos;
 - c) for gestante ou lactante.

Parágrafo único. Sempre que possível, a prestação de serviços ou a venda de produtos de que tratam os incisos III e IV deverá ser realizada por modalidades que impeçam a aglomeração de pessoas no recinto ou em filas de espera, observado o distanciamento mínimo de dois metros entre os consumidores.

Seção III

Da manutenção dos serviços e atividades

Art. 6º Ficam mantidos, os serviços e atividades abaixo discriminados e seus respectivos sistemas logísticos de operação e cadeia de abastecimento, conforme Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19, de nº 17, de 22 de março de 2020, do Governo do Estado de Minas Gerais, publicada no Diário do Estado em 24.03.2020:

- I. farmácias e drogarias;
- II. fabricação, montagem e distribuição de materiais clínicos e hospitalares;
- III. hipermercados, supermercados, mercados, açougues, peixarias, hortifrutigranjeiros, padarias, quitandas, centros de abastecimento de alimentos, lojas de conveniência, de água mineral e

de alimentos para animais;

- IV. distribuição e comercialização de combustíveis e derivados;
- V. distribuidoras de gás;
- VI. oficinas mecânicas e borracharias;
- VII. restaurantes em pontos ou postos de paradas nas rodovias;
- VIII. agências bancárias e similares;
- IX. cadeia industrial de alimentos;
- X. atividades agrossilvipastoris e agroindustriais;
- XI. serviços relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados, tais como gestão, desenvolvimento, suporte e manutenção de hardware, software, hospedagem e conectividade;
- XII. construção civil;
- XIII. setores industriais.

Parágrafo único. Os estabelecimentos referidos no *caput* deverão adotar as seguintes medidas:

- I. intensificação das ações de limpeza;
- II. disponibilização de produtos de assepsia aos clientes;
- III. manutenção de distanciamento entre os consumidores e controle para evitar a aglomeração de pessoas;
- IV. divulgação das medidas de prevenção e enfrentamento da pandemia Coronavírus COVID-19.

Art. 7º Será mantida a prestação de serviços públicos essenciais e que não podem ser descontinuados, dentre os quais:

- I. Tratamento e abastecimento de água;
- II. Assistência médico-hospitalar;
- III. Serviço funerário;
- IV. Coleta, transporte, tratamento e disposição de resíduos sólidos urbanos e demais atividades de saneamento básico;
- V. Exercício regular do poder de polícia administrativa.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º A execução das medidas previstas neste Decreto ficará a cargo do Setor de Fiscalização do Município, que poderá solicitar, caso seja necessário, apoio da Polícia Militar, de modo a garantir sua fiel observância, nos termos Recomendação nº 05/2020 do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Art. 9º Todas as atividades e serviços devem considerar rigorosamente as diretrizes de segurança mínima estabelecidas para conter o avanço do COVID-19, apresentadas pelo Ministério da Saúde, bem como as prescrições nos Regulamentos Sanitários.

Art. 10 Aplicam-se, em âmbito municipal, todas as disposições contidas nas Deliberações do Comitê Extraordinário Covid-19, desde que não sejam incompatíveis com as medidas estabelecidas neste Decreto.

Art. 11 Ficam revogados o Decreto nº 2262, de 24 de março de 2020 e Decreto nº 2263, de 25 de março de 2020.

Art. 12 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo, 31 de março de 2020.

SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO, EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 10/2018, PROCESSO 20/2018, PREGÃO 15/2018. Contratante: Município de Monte Carmelo-MG. **Contratada:** Locadora de Veículos Monte Carmelo Ltda-ME, CNPJ: 20.423.002/0001-09. **Objeto:** Refere-se à Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em Transporte de Passageiros para a Locação de Ônibus, Micro ônibus e Vans, para viagens intermunicipais e interestaduais, para atender os pacientes do SUS, solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Monte Carmelo-MG. Com reserva de Itens para participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual. **Cláusula:** Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo do Contrato 10/2018 de 27/03/2020 até

26/03/2021. Monte Carmelo, 26 de março de 2020. Paulo Rodrigues Rocha – Secretário Municipal da Fazenda.



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG, EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 25/2017 DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 37/2017, PROCESSO Nº 61/2017, TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM. Contratante: Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. **Contratada:** TELEVIDA CENTRO ESPECIALIZADO DE TELEDIAGNÓSTICO LTDA – EPP, CNPJ: 73.193.211/0001-61. **Objeto:** Refere-se à Contratação de Empresa para prestação de serviço e realização de Exames de eletrocardiograma HOLTER 24 horas e M.A.P.A. através de Telemedicina, para atender os pacientes do Município de Monte Carmelo. **Cláusula Primeira:** Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo do Contrato 25/2017 de 30/03/2020 até 29/03/2021. Monte Carmelo, 23 de março de 2020. Paulo Rodrigues Rocha – Secretário Municipal da Fazenda.



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. AVISO DE REPUBLICAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 20/2020. O Secretário Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar no dia 14 de abril de 2020, às 09:00 horas na Sala de Licitações, da Pref. Municipal de Monte Carmelo - MG, situado à Avenida Olegário Maciel nº 129, 2º Andar, Bairro Centro, perante Comissão para tal designada, Pregão Presencial SRP nº 20/2020, tipo Menor Preço. Julgamento: Por Item. Cujo Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Material Escolar, Material Pedagógico, Livros e Material de Escritório, para atender diversas Secretarias e Setores da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo-MG, com reserva de itens para Participação Exclusiva de ME, EPP e Equiparadas. Para obterem maiores informações os interessados poderão procurar o Setor de Licitação, de 08:00 às 11:30, e de 13:30 às 17:00 ou ligue (34) 3842-5880 ou ainda pelo e-mail licitacao@montecarmelo.mg.gov.br. O edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.montecarmelo.mg.gov.br, ou na sede da Prefeitura. Monte Carmelo, 30 de março de 2020. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Pregoeiro.



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG. AVISO DE HABILITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2020 – PROCESSO Nº 22/2020. Objeto: Refere-se à Contratação de Empresa para a Prestação de Serviços Técnicos Especializados de Organização, Planejamento e Realização de Concurso Público e Processo Seletivo Público, Compreendendo a Elaboração de Editais, Publicação e Convocação para as Provas, Impressão, Empacotamento e Coordenação das Provas, Correção das Provas por meio de Equipamento de Leitura Ótica, Apresentação do Resultado, Resposta aos Eventuais Recursos, Apoio Técnico e Jurídico em Todas as Etapas do Certame, para Provimento de Cargos Efetivos e Eletivos, de Nível Fundamental, Médio e Superior, do Quadro Pessoal da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo-MG. O Pregoeiro torna público o Resultado da Habilitação do Processo nº 22/2020, modalidade Pregão nº 15/2020 – Tipo: Menor preço. Critério de julgamento: Por Lote. **Empresa Habilitada:** Elo Assessoria em Serviços Públicos Ltda - ME. **Data:** 11/03/2020. Iscleris Wagner Gonçalves Machado - Pregoeiro. **AVISO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2020 – PROCESSO Nº 22/2020.** O Secretário Municipal da Fazenda torna pública a Homologação do Processo nº. 22/2020, modalidade Pregão nº 15/2020 – Tipo: menor preço. Critério de Julgamento: por lote, em favor da Empresa: Elo Assessoria em Serviços Públicos Ltda - ME. **Data:** 13/03/2020. Paulo Rodrigues Rocha – Secretário Municipal de Fazenda. **EXTRATO DE CONTRATO. PREGÃO PRESENCIAL – Nº 15/2020. PROCESSO Nº 22/2020. Partes:** Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. **Vigência:** 31/12/2020. **Empresa:** Contrato nº 13/2020: Elo Assessoria em Serviços Públicos Ltda-ME, CNPJ: 22.540.895/0001-90. **Valor Global:** R\$ 44.800,00. **Data:** 16/03/2020. Paulo Rodrigues Rocha - Secretário Municipal da Fazenda.

EXPEDIENTE

**DIÁRIO OFICIAL
DO MUNICÍPIO**

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 228

ACESSE: www.montecarmelo.mg.gov.br